



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO N.º 001 DO CONTRATO N.º 2021001/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2021

Processo LC n.º 001 – Homologado em 08/01/2021

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a instalação elétrica em postes aonde serão alojadas as câmeras de monitoramento junto ao Município de Pato Bragado – PR.

Termo Aditivo ao Contrato 2021001/2021, celebrado em 08 de janeiro de 2021, entre o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, aqui representado pelo Prefeito municipal, o senhor Leomar Rohden, e a empresa **MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA**, ambos já qualificados no contrato original, e com base na solicitação da secretaria de Administração, e considerando o parecer jurídico, ambos em anexo, passa a vigorar com as alterações seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em comum acordo entre as parte, fica aditado a quantidade de 11,9% item 09 do contrato original, referente a prestação de serviço, conforme relacionado a baixo:

ITEM	MED	QTD	CARACTERÍSTICA	V. UNIT.	V. TOTAL
9	Un	1	Mão de Obra para Instalação de 11 pontos de energia para instalação de câmeras de monitoramento do Município de Pato Bragado	470,00	470,00

Paragrafo único: Pela contratação adicional, o contrato fica acrescido em R\$470,00 (quatrocentos e setenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes do presente Aditivo ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.000 – EXECUTIVO MUNICIPAL

02.003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.1050.2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.99.99 – 594 – Demais Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica – Fonte 505

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições do contrato original, que não conflitem com este, permanecerão inalteradas.

E assim, por estarem justos e acertados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma.

Pato Bragado - PR, em 04 de Maio de 2021.

MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE
LEOMAR ROHDEN

MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA – CONTRATADA
MARGARETE FRITZEN BIASIBETTI



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO Nº 106/2021

CONSULENTE: GESTORA DE CONTRATOS – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ASSUNTO: Parecer Jurídico sobre a possibilidade de formular termo aditivo de acréscimo no valor de R\$ 470,00, referente ao CONTRATO Nº 2021001/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021.

RELATÓRIO: A **CONSULENTE** encaminhou solicitação de Parecer Jurídico acerca da possibilidade de realização de aditivo contratual de acréscimo de valor, referente ao contrato em epígrafe, em que é contratada a empresa **MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA**, cujo objeto visa a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a instalação elétrica em postes aonde serão alojadas as câmeras de monitoramento junto ao Município de Pato Bragado – PR. O expediente veio acompanhado de requerimento, justificativa.

Em resumo, é o relatório.

Momento em que os autos vieram com vistas para parecer.

Passo a analisar.

FUNDAMENTOS:

De início, importante destacar que durante o procedimento licitatório e posterior contratação, deve-se primar pelo equilíbrio financeiro entre a Administração Pública e o contratado. Nesse sentido a Constituição Federal, no art. 37, XXI, dispõe que:

Art. 37 (...)

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)*

A lei a qual a Carta Magna se refere trata-se da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) que prevê formas de aditar e suprimir os contratos, assim como gerar equilíbrio financeiro-econômico entre as partes, conforme previsão expressa no art. 65, I, a e b, e II, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PROCURADORIA MUNICIPAL

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei. (grifo nosso)

II - por acordo das partes: (...)

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Entretanto, existem limites à possibilidade de realizar as modificações. Os acréscimos e supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras deverão respeitar os limites, conforme prevê o § 1º, do art. 65, da Lei em regência, senão vejamos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (grifo nosso)

O tema já foi questionado junto ao Tribunal de Contas da União, que chegou ao seguinte entendimento:

"Entendo que é praticamente impossível deixar de ocorrer adequações, adaptações e correções quando da realização do projeto executivo e mesmo na execução das obras. Mas estas devem se manter em limites razoáveis, gerando as consequências naturais de um projeto que tem por objetivo apenas traçar as linhas gerais do empreendimento. [...] Quase sempre, as alterações qualitativas são necessárias e imprescindíveis à realização do objeto e, consequentemente, à realização do interesse público primário, pois que este se confunde com aquele. As alterações qualitativas podem derivar tanto de modificações de projeto ou de especificação do objeto quanto da necessidade de acréscimo ou supressão de obras, serviços ou materiais, decorrentes de situações de fato vislumbradas após a contratação. Conquanto não se modifique o objeto contratual, em natureza ou dimensão, é de ressaltar que a implementação de alterações qualitativas requer, em regra, mudanças no valor original do contrato." (Acórdão 2.352/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Wilaça). (grifo nosso).

Quando discutido no STJ, a Relatora Ministra Denise Arruda, no Recurso Especial 666.878, entendeu o tema da seguinte forma:

"1. É lícito à Administração Pública proceder à alteração unilateral do contrato em duas hipóteses: (a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica; (b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto (Lei 8.666/93, art. 65, I, a e b). 2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos (Lei 8.666/93, art. 65, § 1º). 3. O poder de alterar unilateralmente o ajuste representa uma prerrogativa à disposição da Administração para concretizar o interesse público. Não se constitui em arbitrariedade nem fonte de



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PROCURADORIA MUNICIPAL

enriquecimento ilícito. (...) (STJ – REsp 666878 (2004/0082075-8 - 29/06/2007) Relatora Ministra Denise Arruda. Em 12.06.2007, DJ de 29.06.2007) (grifo nosso).

Nesse sentido, importante salientar que a inclusão no contrato, por meio de aditivo, de itens de bens e serviços não previstos na planilha original do projeto básico, não permite por si só concluir pela violação à Lei de Licitações, especialmente quando constatado que os bens e/ou serviços não transfiguram o objeto contratado e são necessários à plena execução, conquanto respeitado o limite legal de acréscimo contratual.

Analisando o caso concreto, tem-se que CONTRATO Nº 2021001/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021, que entre si celebraram o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO e a empresa MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA, nos termos da Lei nº 8.666/93, estabelece originalmente que, pela execução dos serviços e fornecimento do objeto deste contrato, item 9, o MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, a importância de R\$ **4.050,00** (quatro mil e cinquenta reais).

Nesse sentido, observando o limite de 25% para alteração no valor do contrato, tem-se que o presente requerimento de aditivo de valor de **R\$ 470,00**, corresponde ao percentual de **11,60493** (onze vírgula sessenta por cento) em relação ao valor inicial atualizado do referido contrato, ficando, portanto, dentro do limite legal previsto para alterações nos contratos com a Administração nesta espécie.

Ademais, a secretaria responsável apresentou justificativa para a realização do aditivo, conforme documentos em anexo. Salientando que as justificativas técnicas não estão na seara desta Procuradoria avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade ajuste, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Cumpr, porém, alertar que a “teoria dos motivos determinantes” preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos.

Com efeito, chego ao entendimento que o acréscimo a ser realizado não transfigura o objeto contratado. Além disso, embora a inclusão dos referidos bens e/ou serviços possa denotar, em teoria, alguma falha na elaboração do objeto, os itens a serem aditivados neste expediente, são necessários para adequação do objeto, respeitando sempre o melhor interesse público.

CONCLUSÃO:

Desse modo, foram atendidos os pressupostos autorizadores estabelecidos na legislação mencionada, mormente quanto a não alteração do objeto contratado e a necessidade de completa execução do objeto original do contrato, sobretudo por que não foi extrapolado o limite de 25% estabelecido no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Lembro ainda que todo ato administrativo deve ser devidamente justificado, e nesse aspecto verifico que o requerimento apresenta justificativa para seu pedido, conforme documento em anexo que fará parte integrante deste parecer. Entendo que tal requerimento atende aos preceitos da Lei 8.666/93, pelo que não encontro óbice ao pedido de aditivo na espécie.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER:

Diante do exposto, **OPINO FAVORAVELMENTE** à concessão do aditivo de acréscimo no valor de **R\$470,00**, referente ao CONTRATO Nº 2021001/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021, celebrado entre celebram o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO e a empresa MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA, conforme requerimento e planilha em anexo, condicionada sempre à disponibilidade orçamentária.

Este é o parecer.

Pato Bragado - PR, 04 de maio de 2021.

MARCIO IVANIR NEUKAMP

OAB/PR nº 94.404

Procurador Jurídico

Portaria nº 025, de 22/01/2021.



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CAPA DE PROCESSO

No.Processo : 2021/03/000409
Data Protoc.: 16/03/21
Requerente : ALLAN VINICIUS KOTZ
CPF.....: 598.713.269-04
Assunto.....: ADMINISTRAÇÃO
Subassunto.: OUTROS ASSUNTOS
Logradouro : Rua Apucarana
Complem. ... :
Fone.....: 44 99165-7562
Cep: 85948000

Sumula: SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO; REFERENTE AO CONTRATO Nº 2021001/2021; CONTRATADA: MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA; CONFORME O ANEXO.

Data Aprovação: ____/____/____

DATA	DESTINO
16/03/2021	Solicitação - Ana

Assinatura Requerente

2021/03/000409 Data:16/03/2021
7-PROTOCOLO Hora:10:56:15
Assunto.....:005-ADMINISTRAÇÃO
Subassunto.:008-OUTROS ASSUNTOS
Requerente.:ALLAN VINICIUS KOTZ
CPF/CNPJ...:59871326904
SUMULA:
SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO; REFEREN
TE AO CONTRATO Nº 2021001/2021; CONTR
ATADA: MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E

SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO

DE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: GESTORA GERAL DE CONTRATOS, Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Compras e Licitações.

Referente ao contrato N: 2021001/2021

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a instalação elétrica em postes aonde serão alojadas as câmeras de monitoramento junto ao Município de Pato Bragado – PR;

Contratada: **MFB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRICOS LTDA**

CNPJ: 07.388.532/0001-97

Início de Vigência: **08/01/2021** Término de Vigência: **07/05/2021**

☐ ADITIVO DE PRAZO, POR MAIS ☐ MESES.

☒ ADITIVO DE ACRÉSCIMO, CORRESPONDENTE À: R\$ 470,00

☐ ADITIVO DE SUPRESSÃO, CORRESPONDENTE À: R\$ _____.

☐ REAJUSTE/REEQUILIBRIO ☐ REPACTUAÇÃO ☒ QUANTITATIVO

REAJUSTE DE 11,60%, sobre mão de obra do Contrato

ITENS/SERVIÇOS A SEREM ADITIVADOS:

Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a instalação elétrica em postes aonde serão alojadas as câmeras de monitoramento junto ao Município de Pato Bragado – PR;

ITEM	MED	QNTD	CARACTERÍSTICA	V. UNIT.	V. TOTAL
9	Un	1	Mão de Obra para Instalação de 11 pontos de energia para instalação de câmeras de monitoramento do Município de Pato Bragado	470,00	470,00

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO:

Em verificação quanto ao andamento das atividades administrativas no que tange ao contrato 2021001/2021, fornecimento de materiais e mão de obra para a instalação elétrica em postes aonde serão alojadas as câmeras de monitoramento, a empresa atendeu a exigências do referido contrato.

JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO PARA ADITIVO

Instalação adicional de 01 ponto de energia elétrica no cruzamento das avenidas (poste Metálico) e 01 ponto em frente ao CMEI Gotinha de Mel/Projeto Piá(poste Concreto).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da celebração do Termo Aditivo deste contrato serão suportadas pelas dotações orçamentárias constantes abaixo:

02.003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

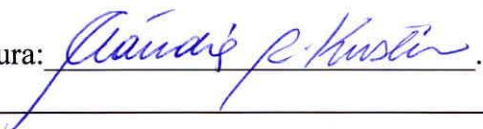
0412210502.007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

3.3.90.39.99.99 – 594 – Demais Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica – Fonte 505

Nome do Fiscal do Contrato: Claudia Cristiane Kirsten

CPF: 033.615.169-19 e-mail: claudia@patobragado.pr.gov.br.

Assinatura:



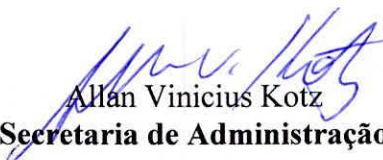
Nome do Gestor do Contrato: Ana Carolina Specht.

CPF: 081.995.769-01 e-mail: _____.

Assinatura: Ana Carolina. Recebido em: 16/03/21.

DATA DA SOLICITAÇÃO DO ADITIVO:

Pato Bragado, 11 de Março de 2021.


Allan Vinicius Kotz
Secretaria de Administração

Eletro Valdir

MFB MATERIAIS DE CONSTRUCAO E ELETRICOS LTDA - CNPJ: 07.388.532/0001-97

Avenida Willy Barth, 2410, Centro, Pato Bragado/PR

CEP: 85948000 - TEL: (45)3282-1402 - E-mail: margaretefritzenpb@hotmail.com

ORÇAMENTO N°. 414

Data: 16/03/2021

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO - PREFEITURA

CNPJ: 95719472000105

End.: AV WILLY BARTH, 0

Compl.:

Bairro: CENTRO

Cidade: PATO BRAGADO

UF: PR

CEP: 85948000

Tel.: 32821355

0

Cel.:

Obs.:

Produto	Quantidade	Vlr. Unit.(R\$)	Desconto(R\$)	Vlr. Final (R\$)
001904 MAO-DE-OBRA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	1,00 UN	470,00	0,00	470,00
		TOTAL (R\$):	0,00	470,00

Margarete Fritzen Bicailatti
MFB Materiais de Construção e Elétricos Ltda - ME